

PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/19/PE-SE

Prefeitura Municipal de Ipaporanga
Praça Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.
CEP: 62215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est: 06.920.641-4.

ANEXO - I TERMO DE REFERÊNCIA

2. Objeto do Termo de Referência: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaporanga, durante o ano letivo de 2020.

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinados à merenda escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental e Infantil do Município de Ipaporanga.

1.1.1. Os itens que compõem o cardápio da merenda escolar para o ano de 2019 obedecerão as especificações e serão divididos em Lotes, conforme abaixo:

LOTE I - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Achocolatado diet. Ingredientes: Maltodextrina, cacau Lecitinado, leite desnatado em pó, soro de leite, vitaminas e minerais (Minerais: Ferro, Zinco e Selênio, Vitaminas: A, D, E, B1,B2, C, Niacina, Ácido Pantotênico, B6, Ácido Fólico, B12), Edulcorantes Artificiais: Ciclamato de Sódio, Aspartame, Sacarina Sódica e Acesulfame de potássio, Aromatizante e Antiumectante Dióxido de Silício. Embalagem: Pote contendo 210 g do produto. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve contar data de fabricação de no máximo 30 dias da data de entrega do produto.	Kg	50
02	Achocolatado em pó - instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, aroma natural de chocolate, sem corantes artificiais, sem glúten. Embalagem: Pacote de 400 a 1000 gramas, em polietileno atóxico, Transparente, leitosa ou alemanizada, resistente, acondicionado em caixa de papelão, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses.	Kg	700
03	Amido de Milho - produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rancosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p. Embalagem de 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Und	200
04	Aveia - em flocos finos de 1ª qualidade, embalada em caixa contendo 250g.	Cx	100
05	Cereal pré-cozido a base de arroz sem lactose. Composição mínima: farinha de arroz, açúcar, fécula de mandioca, sais minerais e vitaminas para alimentação infantil. Produto deve ser isento de leite, ovo e traços. Embalagem em sachê de 200g, com o mínimo de 70kcal/20g. Validade mínima de 06 (seis) meses da data de entrega da amostra e do produto. Produto com registro no Ministério da Saúde.	Pct	80
06	Cereal tipo Multicereais - 1ª qualidade, pré-cozida, embalado em saco de poliéster fechado, metalizado e laminado, hermeticamente fechado. Pacotes de 230 g.	Pct	700
07	Creme de leite - tradicional embalagem contendo 200g (TP) inviolada e sem amassaduras. Validade mínima de 06 meses.	Cx	80
08	Farinha de milho - em flocos, pré-cozida, embalada em pacote com 500g, acondicionada em fardos de 10 kg. Constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	Pct	4.000



Governo Municipal **IPAPORANGA**

57

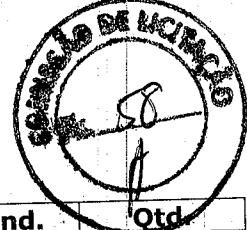
Item	Especificação	Und.	Qtd.
09	Farinha Láctea. Ingredientes: farinha de trigo torrada, açúcar, leite em pó integral, sal, mistura-minerovitamínica (vitamina C, ferro, niacinamida, vitamina E, ácido pantotênico, vitaminas B6, B2, B1, A, ácido fólico e vitamina 12) e aroma de baunilha. Embalagem: refil contendo 230 g do produto.	Pct	150

LOTE II - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Açúcar - cristal branco, puro e natural, embalado em sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg, acondicionados em sacos de 15 a 30kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais.	Kg	3.000
02	Arroz integral – Características técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	Kg	60
03	Arroz parabolizado - longo fino tipo 1, constituído de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade, isento de sujidades, materiais estranhos, toxinas, parasitas e larvas, com rendimento após o coccção de no mínimo 2,9 vezes. Pacotes transparentes com identificação do produto e peso líquido de 1Kg, acondicionados em fardos de plástico resistente, de 15 a 30kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data do recebimento, com registro no Ministério da Agricultura. Vitaminas 120 e aroma do bauru. Embalagem de 100g.	Kg	3.800
04	Feijão carioquinha tipo 1 - novo grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1Kg, acondicionados em fardos de 30kg; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura.	Kg	700
05	Feijão de corda tipo 1 - grupo anão, classe cores, tipo 1, umidade entre 12 e 14%, embalado em saco plástico de polietileno transparente; pacotes de 1kg, acondicionados em fardos de 30kg; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses, com registro no Ministério da Agricultura. - Características técnicas: classe: longo, fino, tipo I	Kg	300
06	Macarrão fino, tipo espaguete de semolina ou sêmola, embalado em pacotes de 500g, tempo de cozimento 7 a 9 min, acondicionado em fardo de 10kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e parasita.	Pct	4.500
07	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não amolgajoso ou empedrado, embalado em pacotes de 1kg, acondicionados em fardos de 05 a 10kg. Embalagem com data de validade 2,9 vezes, pacotes transparentes com identificação do produto.	Kg	250

LOTE III - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Biscoito Cream Cracker com gergelim. o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. A embalagem primária (protetora) deve revestir 400g de biscoito. A embalagem secundária deve ser de papelão reforçado. Prazo de validade: 8 meses; data de fabricação: máximo 30 dias	Pct	100
02	Biscoito doce - tipo "Maria", consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400g (3 x 1), acondicionados em caixas de papelão. Prazo de validade de no mínimo 08 meses a partir da data de recebimento.	Pct	6.700



Item	Especificação	Und.	Otd.
03	Biscoito salgado - tipo "cream cracker". O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpo, em perfeito estado de conservação, sem apresentar excesso de dureza e nem quebradiço. Embalado em saco plástico, pacotes de 400g (3 x 1) Acondicionados em caixas de papelão. Prazo de validade de no mínimo 08 meses a partir da data do recebimento.	Pct	10.000
04	Biscoito salgado integral - deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, não devem estar mal assados ou com caracteres organolépticos anormais. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, fibra de trigo, açúcar, extrato de malte, sal, glicose, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e fosfato monocálcico, estabilizante lecitina de soja. Embalagem: devem estar acondicionados em embalagem primária plástica, transparente, envoltos por embalagem secundária de polietileno metalizado, atóxico, resistente, lacrado, contendo 400g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega.	Pct	100

LOTE IV - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Carne Bovina Acém ou Músculo resfriada ou congelada tipo músculo sem osso com registro no SIF ou SISP. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parásitos e larvas	Kg	2.700
02	a partir de matérias primas são e limpas, em perfeito estado de conservação, sem apresentar excesso de dureza e nem quebradiço,		

LOTE V - Exclusivo ME / EPP

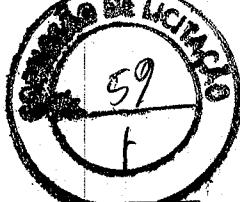
Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Carne de frango inteiro, tipo caipira, congelado (carcaça e peito). - pacotes de 1 a 2,5 kg. Aspecto próprio, não amolecido e não pegajoso, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parásitos ou larvas. Embalagem: em saco plástico transparente, flexível e resistente, que garanta a integridade do produto consumo, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e fosfato monocálcico, estabilizante	Kg	2.000
02	americano, soro de leite, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e fosfato monocálcico, estabilizante	Pct	100

LOTE VI - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Colorífero - produto obtido a partir do urucum, sem adição de sal, embalado em pacotes de 100g, acondicionado em fardo de 1 kg. Constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses.	Pct	500
02	Extrato de tomate - tradicional embalagem de 140g (TP) validade mínima de 06 meses.	Sache	650
03	Milho verde - em conserva, em latas de 200g, acondicionadas em caixas, com data de fabricação e validade.	Lata	100
04	Óleo vegetal - refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas, cor e odor característicos; garrafas plásticas transparentes de 900 ml, acondicionado em caixas com 20 unidades; data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	Und	800
05	Vinagre - com acidez mínima de 4% garrafa plástica com 500ml, acondicionado em caixa de papelão com 12 unidades.	Und	240

LOTE VII - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Leite de soja em pó, sem adição de lactose, sem glúten, em lata de 300g e inviolado. Composição mínima: proteína isolada ou extrato de soja, óleo vegetal, açúcar, maltodextrina, vitaminas e minerais: cálcio, magnésio, ácido ascórbico(vitamina C), zinco, ferro, vitamina	Unid	20



Item	Especificação	Und.	Qtd.
	B2(riboflavina), vitamina A, vitamina B3(niacina), vitamina B6(piridoxina), vitamina B1(tiamina), vitamina B9(ácido fólico), vitamina D e vitamina B12). Na embalagem deve conter a data de validade do produto mínima de 6 meses a partir da data de entrega da amostra e do produto.		
02	Leite em pó - embalagem aluminada, pacote de 1 kg, embalagem inviolada, livre de impurezas, microrganismos que possam comprometer a saúde humana, com a data de fabricação e validade.	Pct	3.500
03	Leite em pó de origem animal para dietas com restrição de lactose, enriquecido com vitaminas. Teor mínimo de proteínas de 18g/100g do produto. Embalagem em sachê de 300g, íntegro, resistente, hermeticamente fechada, em perfeito estado de conservação. Com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/SIF. Validade mínima de 06 meses da data de entrega da amostra e do produto.	Kg	20

LOTE VIII - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Pão de forma integral - Composto de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, água, açúcar, fermento biológico, margarina, sal, reforçador ácido ascórbico (ins300) e conservador propionato de cálcio (ind282). Contém glúten. Deverão ser acondicionados em pacotes de 500g, em saco de polietileno atóxico, resistente e transparente, de forma a manter a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais e quantidade do produto, com prazo de validade a partir da entrega.	Pct	120
02	Pão massa fina tipo hot dog. Composto de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, estabilizante polisorbató e conservante propionado de cálcio. Contém glúten. Deverão ser acondicionados em pacotes de 500g com 10 unidades de 50g cada, em saco de polietileno atóxico, resistente e transparente, de forma a manter a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais e quantidade do produto, com prazo de validade a partir da entrega.	Pct	5.280

Validade mínima de 06 meses da data de entrega da amostra e do produto.

LOTE IX - Exclusivo ME / EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.
01	Ovo de galinha - sem rachaduras, tamanho médio, com peso de aproximadamente 60g, embalagem em lâminas de papelão forte, inodoros e secos, em caixilhos ou divisórios celulares para 30 unidades, com certificações de origem integral, sabor, açúcar, fermento biológico, margarina, sal, reforçador ácido ascórbico (ins300).	Und	4.000

Por se tratar de licitação com orçamento sigiloso, o custo estimado da contratação constar apenas em documento juntado ao processo, nos termos do art. 15, § 1º e § 2º do Decreto nº 10.024/19.

1.1. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro de 2020, contados da assinatura do contrato, não sendo possível de prorrogação.

1.2. Justificativa de Julgamento por Lote. A Administração deste Município, por intermédio de seu Pregoeiro busca sempre confeccionar editais com base nas solicitações elaboradas por seus Ordenadores, que é diretamente responsável pela gerência das compras, as quais devem definir de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais. Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público.



1.2.1. Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

1.2.2. Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

1.2.3. No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário que tem, permitiu que para o certame exista um vencedor para cada lote, contendo os itens agrupados. Não entendemos que o agrupamento de diversos itens em um lote, irá comprometer a competitividade do procedimento. Acreditamos inclusive que tal agrupamento irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos

1.2.4. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os itens licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento visando atender aos municípios que dependem da rede pública de saúde, junto a esta Administração Municipal, podendo, nesse caso, os fornecedores que não se beneficiarem, em virtude da própria administração já ter proposta globalizada, falecerem.

1.2.5. Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos objeto da presente licitação que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em lotes distintos poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global. Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

1.2.3. No presente caso, e / "(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para que para o fornecedor exista diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, entendemos que o desgavetamento menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do procedimento. Acredita-se que custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há ampliação da competitividade diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente devendo assim aumentar a preencontrada no comércio)" (Intervenção na reunião de discussões entre os contribuintes, tenido em vista que ele receberá mais propostas, beneficiando a administração). Neste caso, o contribuinte que é assegurada à Administração, optou-se

1.2.6 Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

2. Justificativa e objetivo da Contratação: A presente aquisição visa o fornecimento de empresas fornecedoras de gênero de cestas no fornecimento de refeição da rede municipal, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

3. Classificação dos Bens Comuns e dos Recursos: O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA revela-se como bem comum nos termos da Lei nº 10.520/2002, considerando que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado e as despesas por conta do erário Municipal, através da Secretaria de Educação, na Dotação Orçamentária: 10.02.12.361.0227.2.050 – Manutenção do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental, Infantil, EJA e AEE). Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00. maior o custo unitário, que em demonstradas na Tabela

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.
CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.



4. Da Entrega do Bem Licitado:

4.1. O fornecimento dos produtos licitados dar-se-á mediante expedição de ORDENS DE COMPRA, por parte da administração ao licitante vencedor, que será em quantidade de forma fracionada, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria de Educação do Município.

4.1.1. A ordem de compra emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue a contratada no seu endereço físico, ou enviada via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria proposta de preços.

4.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local designado pela Contratante e dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

4.1.3. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos bens entregues.

4.2. A entrega das **mercadorias perecíveis e não perecíveis** será realizada semanalmente, diretamente nas Escolas do Município ou nos locais indicados pela CONTRATANTE, neste caso, ficando a cargo da CONTRATADA todos os impostos, taxas, tarifas, e obrigações tributárias ou trabalhistas incidentes.

4.3. Ovos, Carnes, Frangos e Salsicha, deverão ser entregues pelos fornecedores em data especificada na ordem de compra, em carro fechado e higienizado.

4. Da Entrega do Bem Licitado:

4.4. Todas as demais entregas deverão ser realizadas em caminhão fechado, dentro das normas de higiene, no local informado na ordem de compra, e em quantidade de forma fracionada, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade.

5. Do Prazo e Local De Entrega: O objeto da presente licitação, será recebido provisoriamente no ato da entrega, no local e endereço indicados pela administração municipal, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura, seu anexo nº 001, ou enviada via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria proposta de preços.

5.1. Pôr ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo: a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do empregado da Contratante responsável pelo recebimento.

5.1.3. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exime a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade ou disparidade.

5.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá:

5.2.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.1.1. Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado; os impostos, taxas, tarifas, e obrigações tributárias ou trabalhistas incidentes.

5.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito fornecimento dos produtos, ficando a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

6. Das Obrigações da Contratada: A manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

a) Os produtos deverão ser entregues diretamente nas Escolas do Município ou nos locais indicados pela contratante, que serão responsáveis pela conferência dos gêneros no ato do recebimento, que informarão à Secretaria de Educação eventuais inconsistências.

b) As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.

c) Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em caminhão fechado, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos.

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará – CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4

- a) Os procedimentos de fornecimento e entrega dos bens devem ser realizados pelo fornecedor, que deve ser responsável por todos os gastos com o envio das informações à Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal.
- b) As despesas com transporte, faturamento e tributos, que quaisquer que sejam o produto, é de total responsabilidade da **IPAPORANGA**.
- c) Todos os gêneros adquiridos deverão ser entregues via caminhão.
- d) Os gêneros de características congelados ou refrigerados deverão ser transportados em caminhão fechado, de modo a conservar a temperatura e a qualidade dos alimentos no ato da entrega.
- e) Os gêneros deverão estar sobrepostos em paletes e/ou em caixa de polietileno higienizadas quando necessário, não sendo permitido o transporte de hortifrutis em caixas de madeira ou papelão, com exceção dos ovos que poderão ser acondicionados em embalagem de papelão e/ou isopor, e/ou polietileno atóxico.
- f) Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.
- g) Demais obrigações em conformidade com a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes

7. Das Obrigações do Contratante: Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como receber o objeto nas condições contratadas, realizado os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os bens;
- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas Termo Contratual;
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado.
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designados (se parceria e a qualificação da pessoa que fará a entrega).

8. Da Subcontratação: Estar sobrepostos em paletes e/ou em caixa de polietileno higienizadas quando necessário, não sendo permitido o transporte de hortifrutis em caixas de madeira ou papelão, com exceção dos ovos que poderão ser acondicionados em embalagem de papelão e/ou isopor, e/ou polietileno atóxico.

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. Da Alteração Subjetiva:

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. Das Obrigações do Contratante: Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como receber o objeto nas condições contratadas, realizado os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

10. Da Fiscalização: contratadas, realizando os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

10.1. A fiscalização da entrega dos produtos será exercida por um representante da CONTRATANTE, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993 aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

- a) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado;
- 10.1.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte o objeto fornecido, se em desacordo com o contrato, quanto a: a) tipo, b) quantidade, c) qualidade, d) prazo de entrega, e) preço, f) outras cláusulas;
- 10.1.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).
- 10.1.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

11. Do Preço, do Pagamento, Reajuste e Reequilíbrio

9.1. São reservados ao Poder Executivo, o direito de alterar, complementar ou suprimir, integral ou parcialmente, os termos da licitação, quando for de interesse da Administração Pública.

11.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a aquisição dos produtos licitados, inclusive a margem de lucro.

11.2. O (s) pagamento (s) ao (s) vencedor (es) será (ão) efetuado (s) através de Ordem Bancária,

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4





Governo Municipal
PAPORANGA

63

 Governo Municipal
IPAPORANGA

entregue ao contratado ou representante do contratado após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais, as certidões de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e recebidos à tesouraria correspondentes aos produtos fornecidos de acordo com o contrato.

recibos a tesouraria, correspondentes aos produtos referentes ao período de 11.2.1. O prazo para pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a apresentação dos documentos citados no item anterior, conforme preceituado na alínea a, do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666/93.

11.2.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Secretaria de Educação e com o CNPJ 06.086.161/0001-26, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência;

11.2.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

11.2.4 Os pagamentos ao Contratado serão efetuados após a constatação da entrega do objeto da licitação, cabendo a Prefeitura Municipal de Ipaporanga realizar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.3. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não são reajuste.

11.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando área econômica extraordinária e extraccontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde este demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

1.2 - Das Alterações São consideradas alterações a qualquer de sua forma, tipo, natureza e

12. Das Alterações: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sempre que o valor da soma das despesas com a manutenção do contrato, atualizado do contrato, seja menor que o valor da soma das despesas com a manutenção da obra, atualizado da obra.

Os acréscimos e os descontos mencionados no parágrafo anterior, bem como as alterações e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sempre que o valor da soma das despesas com a manutenção do contrato, atualizado do contrato, seja menor que o valor da soma das despesas com a manutenção da obra, atualizado da obra, não poderão exceder 10% (dez por cento) da soma das despesas com a manutenção da obra, atualizada da obra.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes concernidas, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. Das Sancções Para o Caso De Inadimplemento.

Instrumento ou em outros que o compõem, e as respectivas sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

(b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso o fornecedor não assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

(d) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigesimo dia da data do vencimento do serviço, sobre o valor do contrato.

dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.

e) Declararão de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

13.2. O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura, comunicará à CONTRATADA.

Município de Ipanoranga

Prefeitura Municipal de Ipaporanga - Centro - Ipaporanga - Ceará

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.
Fone: 85-3222 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.

do serviço, sobre o valor do contrato.

13.2. O valor da multa aplicada sobre o valor do contrato, que não poderá exceder 20% (dois por cento) sobre o valor do contrato, será paga diariamente no vencimento do serviço, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data da constatação da irregularidade.

13.3. Declaro que, de forma individualizada, os servidores que participaram ou motivaram a elaboração desse documento:

13.2. O valor da multa aplicada sobre o valor do contrato, que não poderá exceder 20% (dois por cento) sobre o valor do contrato, será paga diariamente no vencimento do serviço, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data da constatação da irregularidade.



Governo Municipal
IPAPORANGA



13.3. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

13.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

14. Estimativa de Preços e Preços Referenciais.

14.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances,

Ipaporanga/Ce, 06 de novembro de 2019.

Amanda Maria Januário Sampaio
Amanda Maria Januário Sampaio
Ordenadora de Despesas do Fundo
Municipal de Educação

13.3. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

13.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

14. Declaração da Prefeita e Procurador

14.1. Declaração da Prefeita e Procurador

Amanda Maria Januário Sampaio
Amanda Maria Januário Sampaio
Ordenadora de Despesas do Fundo
Municipal de Educação

14.3. Declaração da Prefeita e Procurador

14.4. Declaração da Prefeita e Procurador

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.



A circular stamp with the words "GABINETE DE LICENCIAS" around the perimeter and the number "65" in the center.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

Franklin County Sheriff's Office, 100 Franklin Street, Franklin, MA 01034 • (508) 548-4300 • Fax: (508) 548-4301 • E-mail: franklin@franklincounty.org

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/19/PE-SE.

Em cumprimento as determinações da Lei, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____._____-_____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito sob o CPF nº _____._____._____-_____, para fins de participação no referido processo que:

1. Declaramos, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 2. Declaramos que até a presente data não fomos declaradas inidônea;
 3. Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame;
 4. Declaramos que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5. Declaramos que concordamos e sujeitamo-nos com as condições e teor estabelecidos no edital;

Em cumprimento às determinações da Lei, o encampado

6. Declarámos para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Localidade(UF), _____ de _____ de 2019.

3. Recomenda que o presidente da comissão especializada de fiscalização e
controle da poluição do ar.

Nome do declarante

4. Dados relativos ao Representante legal da empresa:
Identidade do Representante legal da empresa:
Informações e sua comprovação (Razão Social) CNPJ
Nome(s);

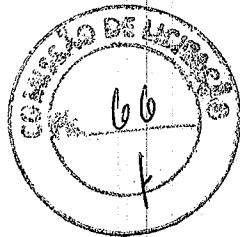
3. Desenvolver competências de organização e gerenciamento de pessoas e processos no setor.

6. Requerimientos para la ejecución de los trabajos en el desarrollo de la obra de la carretera de Tlaxcoacualco a Tlaxco, en el año de 1882.

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.



Prefeitura Municipal de Ipaporanga
Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará
CEP: 62810-000 – Fone/Fax: (85) 3241-1111 – E-mail: ipaporanga@ipaporanga.ce.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/19/PE-SE.

Identidade RG nº _____ (representante do licitante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído de _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Cidade (UF), _____ de _____ de 2019.

Assinatura do proponente

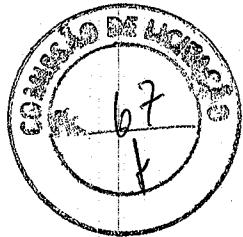
(g) _____ (Assinatura, ou assinatura digital, de quem atesta a autenticidade da declaração feita anteriormente. Não pode ser assinatura de quem não é destinatário da mesma, nem de quem não é participante potencial ou de fato da presente Licitação, por questões de competência)

(h) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CEP: 62810-000 – Fone/Fax: (85) 3241-1111 – E-mail: ipaporanga@ipaporanga.ce.gov.br



PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/19/PE-SE

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CNPJ: 09.915.000/0001-47 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.

ANEXO - IV

PROPOSTA DE PREÇOS

À

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

Ref. Pregão Eletrônico nº 22/19/PE-SE.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei N° 8.666/93 e alterações posteriores e às cláusulas e condições do Edital de Licitação tipo Pregão Eletrônico N° 22/19/PE-SE.

Declaramos ainda que não possuímos nenhum fato que nos impeça de participar da mencionada licitação e assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto cotado no ANEXO I, caso sejamos vencedores na presente licitação.

LOTE					
Item	Especificação	Unid.	Marca	Qtd	P. Total
1	1				
VALOR TOTAL DO LOTE.....					

Importo a presente proposta o valor de _____ (VALOR POR EXTERNO).

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

Prazo de Entrega: Até 03 (três) dias úteis após o recebimento da ordem de compra expedida.

Pela presente declaramos que não possuímos nenhum fato que nos impeça de participar da mencionada licitação e assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto cotado no ANEXO I, caso sejamos vencedores na presente licitação.

Declaramos ainda que não possuímos nenhum fato que nos impeça de participar da mencionada licitação e assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto cotado no ANEXO I, caso sejamos vencedores na presente licitação.

Assinatura do Proponente

NOME COMPLETO CPF

1					
10					

Importo a presente proposta o valor de _____

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

Prazo de Entrega: Até 03 (três) dias úteis após o recebimento da ordem de compra expedida.

(Local e data)

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CNPJ: 09.915.000/0001-47 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.



ANEXO V

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Prefeitura Municipal de Ipaporanga
Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará
CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4

CONTRATO N°: _____
PROCESSO N°: _____

O MUNICÍPIO DE IPAPORANGA, por intermédio do(a) (órgão contratante), instituição de direito público interno, com endereço no(a), na cidade de Ipaporanga / Estado do Ceará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a), Sr(a)..... (Cargo), inscrito(a) no CPF:, doravante denominado(a) de **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa, com sede o(a), na cidade de, Estado do(a), inscrito(a) no CNPJ sob o Nº, neste ato representado pelo(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o) e do C.P.F. sob o Nº, doravante denominado **CONTRATADO(A)**, firmam o presente contrato em decorrência de processo licitatório mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL: Processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 22/19/PE-SE, devidamente homologado pela Sra. Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Educação e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, nº 22/19/PE-SE, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaporanga, durante o ano letivo de 2020 do processo licitatório do Pregão Eletrônico Nº 22/19/PE-SE, conforme especificação abaixo:

outro lado a Empresa, com sede o(a), na cidade da **Parágrafo Único** - Os itens discriminados no "caput" são os seguintes:
portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o),

sejamos vencedores na presente licitação.

Cadeira Odontológica Completa					
Item	Especificação	Marca	Unid	Qtd	P. Total
1	modulário de Pronto Uso (PU) com 12 assentos				
	Brindes para os participantes do Pregão Eletrônico, de acordo com a legislação				
	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, nº 22/19/PE-SE, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.				
VALOR TOTAL					

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: O objeto contratual tem o valor de R\$ (.....).

3.1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, especificação diversa.

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará.

CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est.: 06.920.641-4.



seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em 31/12/2020, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS: Os recursos do presente objeto correrão por conta do erário municipal, na Dotação Orçamentária: 09.02.12.361.0227.2.050 – Manutenção do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ensino Fundamental, Infantil, EJA e AEE). Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: Obrigam-se Contratante e Contratado(a) a cumprirem fielmente o determinado no Edital, no Contrato e as normas estabelecidas na Lei 4.320 e 8.666/93 e suas demais alterações obrigando-se ainda:

A - O CONTRATANTE: Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como receber o objeto nas condições contratadas, realizado os pagamentos nos prazos devidos e ainda:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os bens;
- b) Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas Termo Contratual;
- d) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permaneçam compatíveis com os praticados no mercado;
- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

B - O(A) CONTRATADO(A): A manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
a) Os produtos deverão ser entregues diretamente nas Escolas do Município ou nos locais indicados pela contratante, que serão responsáveis pela conferência dos gêneros no ato do recebimento, que informarão à Secretaria de Educação eventuais inconsistências.
b) As despesas com transporte, fretes, bem como, qual quer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.

- c) Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em caminhão fechado, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos alimentos;
- d) Os gêneros de características congelados ou refrigerados deverão ser transportados em caminhão fechado, de modo a conservar a temperatura e a qualidade dos alimentos no ato da entrega;
- e) Os gêneros deverão estar sobrepostos em paletes e/ou em caixa de polietileno higienizadas quando necessário, não sendo permitido o transporte de hortifrutis em caixas de madeira ou papelão, com exceção dos ovos que poderão ser acondicionados em embalagem de papelão e/ou isopor, e/ou polietileno atóxico.
- f) Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

g) Demais obrigações em conformidade com a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO: O(s) pagamento(s) ao(s) vencedor(es) será(ão) efetuado(s) através de Ordem Bancária, entregue ao contratado ou representante do contratado, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais, as certidões de recebimento, que informarão o resultado da licitação e o nome do vencedor.



efetuado (e) através da Ordem de Compra, com previsão de entrega no dia 06, após a regularização das respectivas faturas, ficando à disposição do contratado após a apresentação dos documentos referentes ao pagamento.

regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), através da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e recibos à tesouraria, correspondentes aos produtos fornecidos de acordo com o contrato.

7.1 – O prazo para pagamento será realizado até 15 (quinze) dias após a apresentação dos documentos citados no item anterior, conforme preceituado na alínea a, do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Secretaria de Educação e com o CNPJ 06.086.161/0001-26, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

7.3 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

7.4 – Os pagamentos ao Contratado serão efetuados após a constatação da entrega do objeto da licitação, cabendo a Prefeitura Municipal de Ipaporanga realizar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não são reajuste, de acordo com os documentos citados no item anterior, conforme preceituado na alínea a, do Inciso XIV, do Art.

8.2. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando-se área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde este demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

medidas supraditas, ficando ressalvado o direito de recorrer ao Poder Judiciário, sempre que houver a necessidade.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA DOS BENS LICITADOS:

Prefeitura Municipal de Ipaporanga.

9.1. O fornecimento dos produtos licitados fará-se-á mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que será em quantidade de forma fracionada, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria de Educação do Município.

9.1.1. A ordem de compra emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue à contratada no seu endereço físico, ou enviada via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria proposta de preços.

9.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local designado pela Contratante e dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

execução da licitação, cabendo ao licitante devidamente informado, a possibilidade de recorrer ao Poder Judiciário, sempre que houver a necessidade, conforme constante na cláusula anterior.

Prefeitura Municipal de Ipaporanga

Rua Franklin José Vieira, nº 02 – Centro – Ipaporanga – Ceará

CEP: 62.215-000 / CNPJ: 10.462.364/0001-47 / Insc. Est: 06.920.641-4.

devendo ser entregue a contratada no seu endereço, dentro do prazo estabelecido no item 9.1.2. Observadas as determinações e condições de entrega, a CONTRATADA fornecedor deverá fazer a entrega do seu material de consumo e de uso rotativo dentro da prazo e horários previstos, caso contrário a entrega será cancelada.

IPAPORANGA



9.1.3. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos bens entregues.

9.2. A entrega das **mercadorias perecíveis e não perecíveis** será realizada **semanalmente**, diretamente nas Escolas do Município ou nos locais indicados pela CONTRATANTE, neste caso, ficando a cargo da CONTRATADA todos os impostos, taxas, tarifas, e obrigações tributárias ou trabalhistas incidentes.

9.3. Ovos, Carnes, Frangos e Salsicha, deverão ser entregues pelos fornecedores em data especificada na ordem de compra, em carro fechado e higienizado.

9.4. Todas as demais entregas deverão ser realizadas em caminhão fechado, dentro das normas de higiene, no local informado na ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O objeto da presente licitação, será recebido provisoriamente no ato da entrega, no local e endereço indicados pela administração municipal, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

10.1. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo: a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do empregado da Contratante responsável pelo recebimento.

10.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá:

10.2.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.2.1.1. Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

10.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito fornecimento dos produtos, ficando a mesma obrigada a substituir, em todo ou em parte, o objeto do mesmo, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A execução

deste CONTRATO será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a). _____, representante da CONTRATANTE, designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, aos quais competirá ao fiscal ora designado, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, bem como:

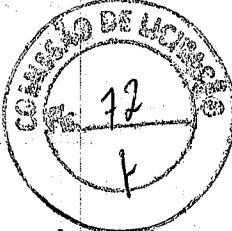
I - Anotar, no processo de Pregão Eletrônico, protocolado no CONTRATANTE sob o nº _____, que originou e vinculam o presente Contrato, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; ou recorrendo a contratação, em juiz de direito, que julgar o caso.

II - Receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, a partir do qual poderá ser realizado o pagamento de que trata a cláusula sétima; ou rejeitá-lo, se executado em desacordo com este Contrato;

III - Ser ouvido nas hipóteses de alteração ou rescisão contratual, apresentando, se for o caso, as justificativas para a tomada dessas providências pela autoridade responsável.

Art. XII - Recusar provisória e definitivamente o projeto de Contrato, quando da sua apresentação e prementemente de que tal projeto não seja aceito, ou seja, quando da sua rejeição:

Art. XII - Recusar provisória e definitivamente o projeto de Contrato, quando da sua apresentação e prementemente de que tal projeto não seja aceito, ou seja, quando da sua rejeição:



Prefeitura. **Parágrafo Único** — As decisões e providências que ultrapassarem a competência do mencionado servidor deverão ser solicitadas os seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

11.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO.

12.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das seguintes sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

c) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do contrato.

d) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de: atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço; desistência de entregar o material ou realizar o serviço.

CONTINUAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, e respectificada à CONTRATANTE em conformidade com o disposto na Lei 8.666/93).

12.2. O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da Prefeitura, comunicará à CONTRATADA.

12.3. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Ipaporanga (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura de Ipaporanga). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

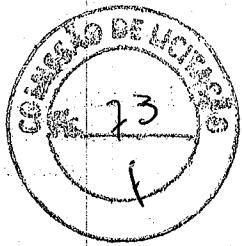
12.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo em ocorrência de requerimento formulado em 05 (cinco) dias úteis, contados da sua convocação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO:

execução do serviço, juntas o valor do contrato.

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;



13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- 13.1.1. por ato unilateral da CONTRATANTE, mediante despacho da XIX e XXVII da Lei nº 8.666, de 1993, ou de ato de mesma natureza da mesma Lei, sendo projeto da lei, quando o projeto for publicado;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS MULTAS - O(A) CONTRATADO(A) pagará ao **CONTRATANTE** a título de multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total, por dia de atraso na execução do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a **10%** do mesmo valor;

b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS VEDAÇÕES.

conforme o caso:

15.1. É vedado à **CONTRATADA** contratar ou celebrar com a CONTRATANTE:

15.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES (serão corrigidas de quaisquer alterações)

integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio da DAM, a ser:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993; (etc.)

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, limitada a R\$56 do mesmo valor;

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, aplicada em caso de avaria técnica;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.

quaisquer omissões existentes, caracterizadas por omissão, obscuridade, ambiguidade ou contradição entre as cláusulas;

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15.1. É vedado à CONTRATADA:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

